

A INTERNACIONALIZAÇÃO DO SETOR PORTUGUÊS DA ÁGUA



CLUSTER DA ÁGUA BRASIL

Bandeira Oficial



ROTEIRO DA APRESENTAÇÃO

- ❖ **BRASIL – DADOS GERAIS**
- ❖ **BREVE APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DO SETOR DA ÁGUA NO BRASIL**
- ❖ **SETOR DA ÁGUA NO BRASIL**
 - ⌘ **Dados Estatísticos**
 - ⌘ **Regiões Hidrográficas**
 - ⌘ **Quadro Legal e Regulatório**
 - ⌘ **Estratégia Governamental para o Setor**
 - ⌘ **Estrutura e Organização do Setor Água**
 - ⌘ **Agências Nacionais**
 - ⌘ **Agências Estaduais**
 - ⌘ **Processo de Procurement**
 - ⌘ **Operadores dos Serviços de Água e de Saneamento**
 - ⌘ **Principais Entidades Adjudicantes**
 - ⌘ **Financiamento do Setor da Água**
 - ⌘ **Participação do Setor Privado**
 - ⌘ **ATLAS BRASIL – Projetos necessários até 2025**
 - ⌘ **Projetos em Curso**
 - ⌘ **Proposta de Ações**

BRASIL – DADOS GERAIS

Área

8.547.403 Km² (5º maior em extensão territorial)

População

196,5 milhões de habitantes (est. 2013)

Capital

Brasília

Moeda

Real do Brasil

Taxa de câmbio

1 euro = 2,986 BRL (out. 2013)

Divisão Administrativa

Território dividido em 26 Estados Brasileiros, subdivididos em Municípios.

Os Estados podem ser grupados em 5 grandes regiões: Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte



BRASIL – DADOS GERAIS

Região / Estado	População
Região Norte	16 318 163
Rondônia	1 590 011
Acre	758 786
Amazonas	3 590 985
Roraima	469 524
Pará	7 792 561
Amapá	698 602
Tocantins	1 417 694
Região Sul	27 731 644
Paraná	10 577 755
Santa Catarina	6 383 286
Rio Grande do Sul	10 770 603
Região Centro-Oeste	14 423 952
Mato Grosso do Sul	2 505 088
Mato Grosso	3 115 336
Goiás	6 154 996
Distrito Federal	2 648 532

Região / Estado	População
Região Nordeste	53 907 144
Maranhão	6 714 314
Piauí	3 160 748
Ceará	8 606 005
Rio Grande do Norte	3 228 198
Paraíba	3 815 171
Pernambuco	8 931 028
Alagoas	3 165 472
Sergipe	2 110 867
Bahia	14 175 341
Região Sudeste	81 565 983
Minas Gerais	19 855 332
Espírito Santo	3 578 067
Rio de Janeiro	16 231 365
São Paulo	41 901 219



BREVE APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DO SETOR DA ÁGUA NO BRASIL

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

- 1.1. Dados Gerais
- 1.2. Enquadramento Demográfico
- 1.3. Enquadramento Macroeconómico
- 1.4. Questões Burocráticas e Administrativas (*constituição empresa, fiscalidade, barreiras,...*)
- 1.5. Clima, Pluviosidade e Recursos Hídricos
- 1.6. Consumo e Uso de Água
- 1.7. Ordenamento e Gestão Costeira
- 1.8. Presença Portuguesa no Mercado

CAPÍTULO II: O CLUSTER DA ÁGUA

- 2.1. Organização Institucional do Setor (*administração, agências, operadores de serviços, ...*)
- 2.2. Papel das Agências Multilaterais e Principais Cooperações Bilaterais
- 2.3. Estratégia Governamental do Setor



CAPÍTULO II: O CLUSTER DA ÁGUA (cont.)

- 2.4. Potencial para o Setor Privado
- 2.5. Parcerias Público-Privadas
- 2.6. Quadro Legal e Regulatório

CAPÍTULO III: OS PRINCIPAIS MERCADOS DO CLUSTER DA ÁGUA

- 3.1. Estrutura do Setor
- 3.2. Principais *players*
- 3.3. Projetos em Curso
- 3.4. Fontes de Financiamento

CAPÍTULO IV: ABORDAGEM AO MERCADO

- 4.1. Política de Compras e Cadeia de Fornecimento
- 4.2. Principais Eventos do Setor
- 4.3. Empresas Locais e Potenciais Parcerias
- 4.4. Etiqueta de negócios
- 4.5. Análise SWOT
- 4.6. Proposta de ações

SETOR DA ÁGUA NO BRASIL

DADOS ESTATÍSTICOS

- ✓ O Brasil detém 12% da água doce superficial disponível no Planeta e 28% no Continente Americano
- ✓ Aquífero de Guaraní - maior reserva de água doce subterrânea, com 1,2 milhão de quilômetros quadrados.
- ✓ Assimetrias na distribuição geográfica dos recursos hídricos:
 - ✓ A região Norte, com 8,3% da população, dispõe de 78% da água do País
 - ✓ A região Nordeste, com 27,8% da população, tem 3,3%.
- ✓ 14% da população é fornecida por sistemas de produção integrados de água, enquanto que os restante 86% são fornecidos por sistemas isolados

Disponibilidade Hídrica das Regiões Hidrográficas		
Região Hidrográfica	Vasão Média m ³ /s	Disp. Hídrica m ³ /s
Amazônica	132.145	73.748
Tocantins-Araguaia	13.799	5.447
Atlântico Nordeste Ocidental	2.608	320
Parnaíba	767	379
Atlântico Nordeste Central	774	91
São Francisco	2.846	1.886
Atlântico Leste	1.484	305
Atlântico Sudeste	3.162	1.109
Atlântico Sul	4.055	647
Paraná	11.414	5.792
Uruguai	4.103	565
Paraguai	2.359	782
Brasil	179.516	91.071

DADOS ESTATÍSTICOS

→ A cobertura do saneamento é de 81%

- ↳ População Urbana – 87%
- ↳ População Rural – 48%

(Fonte: United Nations Statistics Division, Millennium Development Goals Database, 2011)

→ Destinos da água captada por consumo

- ↳ Irrigação – 72%
- ↳ Animal – 11%
- ↳ Rural – 1%
- ↳ Urbano – 9%
- ↳ Industrial – 7%

(Fonte: Conjuntura Recursos Hídricos Brasil, 2013)

→ A cobertura do abastecimento de água potável é de 97%

- ↳ População Urbana – 84%
- ↳ População Rural – 100 %

(Fonte: United Nations Statistics Division, Millennium Development Goals Database, 2011)

→ A cobertura do abastecimento canalizado de água potável é de 92%

- ↳ População Urbana – 96%
- ↳ População Rural – 65%

(Fonte: Organização Mundial da Saúde e UNICEF, 2011)

DADOS ESTATÍSTICOS

Rio de Janeiro

- ✓ 92 Municípios e 15,5 milhões de habitantes
- ✓ 85% das sedes urbanas são abastecidas por águas superficiais
- ✓ Sistemas de Abastecimento de água:
 - ✓ Sistemas isolados : 67% dos municípios e 23% da população
 - ✓ Sistemas integrados: 33% dos municípios e 77% da população
- ✓ Investimentos
 - ✓ 51% dos municípios não necessitam de investimentos de garantia da oferta de água
 - ✓ Dos investimentos necessários 79% é destinada à ampliação de grandes sistemas integrados responsáveis pelo abastecimento da região metropolitana do Rio de Janeiro

Santa Catarina

- ✓ 293 municípios e 5,2 milhões de habitantes
- ✓ 57% das sedes urbanas são abastecidas por águas superficiais, 23% por águas subterrâneas e 20% de forma mista
- ✓ Sistemas de abastecimento de água
 - ✓ Sistemas isolados: 84% dos municípios e 54% da população
 - ✓ Sistemas integrados: 16% dos municípios e 46% da população
- ✓ Investimentos:
 - ✓ 47% das sedes catarinenses necessitam de ampliações nos sistemas de produção de água
 - ✓ 87% do investimento previsto destina-se à melhoria dos sistemas produtores em 145 municípios e 13% à criação de novos sistemas em 10 municípios)

São Paulo

- ✓ 645 municípios e 39,5 milhões de habitantes
- ✓ Cerca de 50% das sedes urbanas são abastecidas por águas subterrâneas, 29% por águas superficiais e 20% são abastecidas de forma mista
- ✓ Sistemas de Abastecimento de Água:
 - ✓ Sistemas isolados: 88% / Sistemas integrados: 12%
 - ✓ 74 municípios necessitam de novos sistemas
- ✓ Investimentos
 - ✓ 85% correspondem a melhorias nos sistemas de abastecimento das regiões metropolitanas do Estado
 - ✓ Destaca-se o R.M. São Paulo que absorve 75% do investimento necessário

REGIÕES HIDROGRÁFICAS

Tendo em conta a gestão dos recursos hídricos, o Brasil encontra-se dividido por 12 Regiões Hidrográficas formadas por inúmeras bacias hidrográficas. A sua delimitação física encontra-se definida pelos divisores topográficos e águas.



QUADRO LEGAL E REGULATÓRIO

Constituição Brasileira, 1988



A Água é um Bem Público

Lei da Água
Lei nº 9.433, 8 Jan 1997



Instituiu a PNRH – Política Nacional de Recursos Hídricos

Fundamentos:

- ✓ A Água é um bem de domínio público
- ✓ A Água é um recurso natural limitado, dotado de valor económico
- ✓ O consumo humano e animal tem prioridade no uso dos recursos hídricos, em situações de escassez
- ✓ A gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas
- ✓ A Bacia Hidrográfica é a unidade territorial para implementação da PNRH e de atuação do SINGREH – Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos
- ✓ A Gestão da Água é descentralizada e conta com a participação do poder público, dos utilizadores e das comunidades

QUADRO LEGAL E REGULATÓRIO

Todos os documentos legislativos produzidos em torno do setor da água tem por base, ou encontram-se em consonância com a **Lei da Água nº9.433, de 8 de Janeiro de 1997**.

- ✓ Lei nº 9.984, de 17 de Julho de 2000 - cria a **ANA – Agência Nacional de Águas**, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos
- ✓ Resolução nº 32, de 15 de outubro de 2003 - Divide o território brasileiro em **12 regiões hidrográficas**, compostas por bacias hidrográficas próximas entre si, com semelhanças ambientais, sociais e econômicas.
- ✓ Decreto no 5.776, de 12 de maio de 2006 - Estabelece a competência da **Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente** para coordenar a elaboração e auxiliar no acompanhamento da implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos.
- ✓ Lei Estadual nº 7.663, 30 de Dezembro de 1991 - Estabelece normas de orientação à **Política Estadual de Recursos Hídricos** bem como ao **Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos**, no Estado de São Paulo
- ✓ Lei Estadual nº 9.748, de 30 de novembro de 1994 - Dispõe sobre a **Política Estadual de Recursos Hídricos** no Estado de Santa Catarina
- ✓

ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL PARA O SETOR DA ÁGUA

A estratégia governamental brasileira para os Recursos Hídricos desenvolve-se em 3 níveis:



As principais orientações da estratégia governamental assentam em:

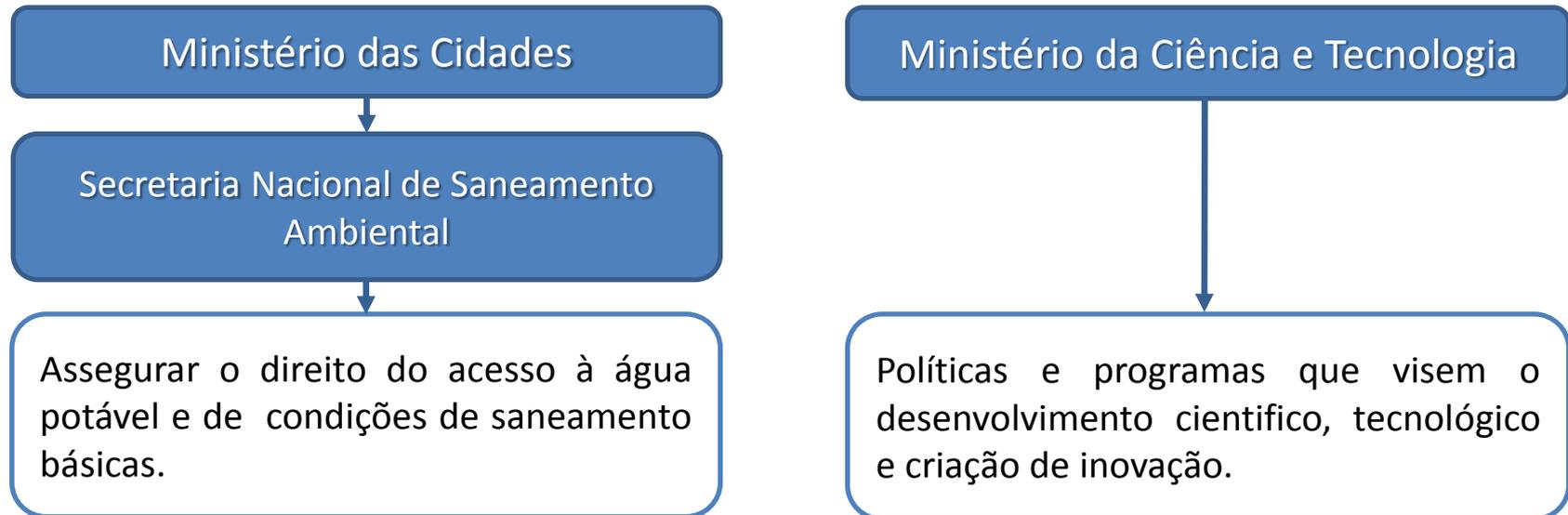
- ✓ Multisectorialidade: criação um sistema integrado da gestão dos recursos hídricos, com uma forte e eficaz articulação entre todos os envolvidos
- ✓ Cobertura: englobar de todos os diferentes contextos e peculiaridades ambientais, regionais e tipologias únicas existentes no vasto território brasileiro
- ✓ Transversalidade: consideração de todos os temas relacionados (educação, saúde,...)
- ✓ Multidimensionalidade: inclusão das várias dimensões da água (hidrológica, económica, ambiental, sociopolítica, cultural,)
- ✓ Monitorização: avaliação constante do processo de implementação do Plano Nacional e seus resultados

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO SETOR DA ÁGUA

A Gestão da Água encontra-se definida na própria Constituição Federal Brasileira: a Constituição de 1988, extinguiu o domínio privado, transferindo a água e sua gestão para o domínio público (seja da União Federal, seja Estadual).

UNIÃO FEDERAL

O Ministério responsável pela gestão e implementação de políticas de água e de saneamento é o **MMA – Ministério do Meio Ambiente**, mas não é a única entidade ministerial envolvida no setor da água



ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO SETOR DA ÁGUA

Ministério da Integração Nacional

Secretaria de
Infraestruturas
Hídricas

Construção de obras de abastecimento hídrico (barragens, sistemas de escoamento e canais) e obras de macro-drenagem

Secretaria Nacional de
Irrigação

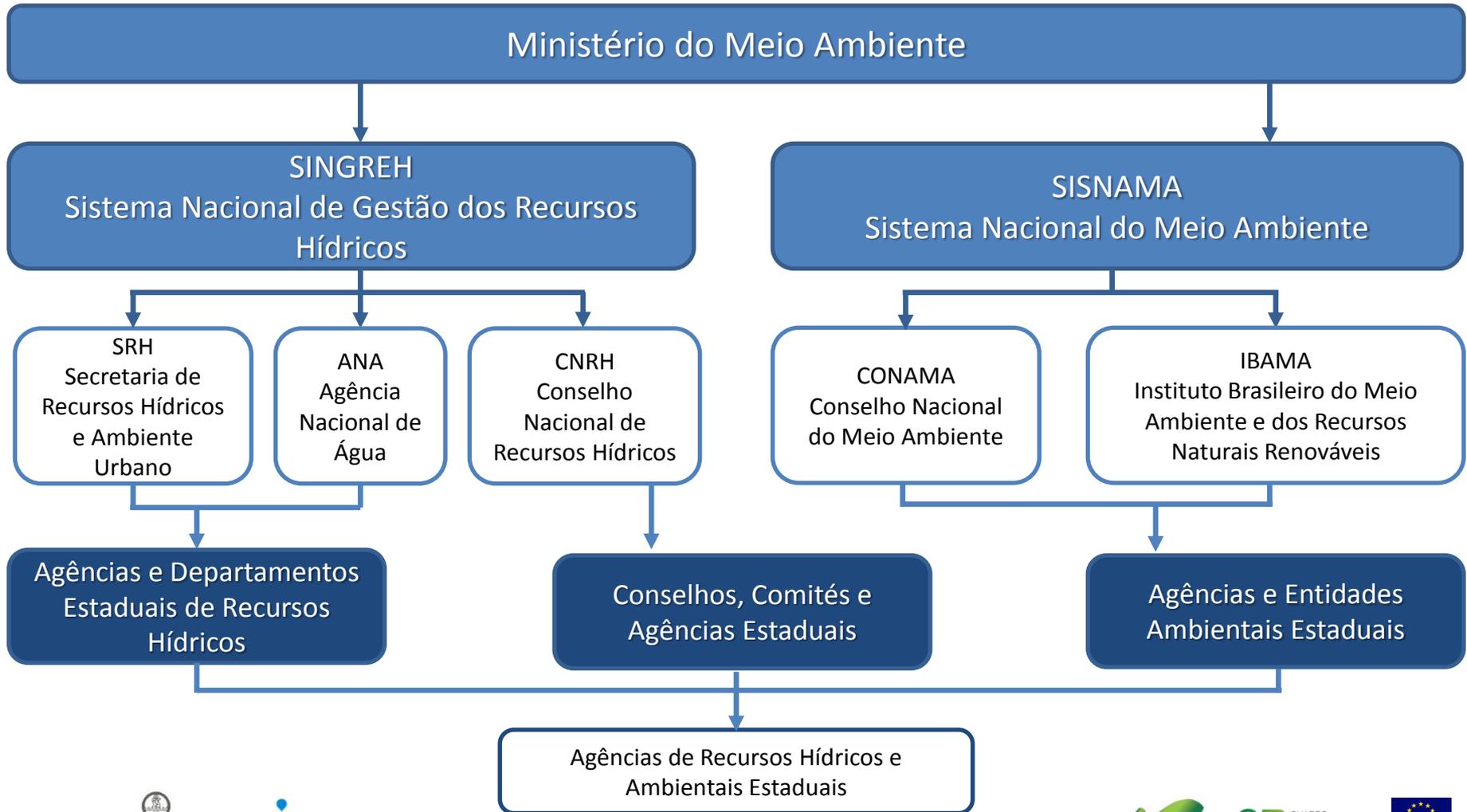
Sistema de gestão para a agricultura irrigada, apoiando a iniciativa privada e otimizando as áreas públicas.

Ministério da Saúde

Secretaria de Vigilância em Saúde

Assegurar o direito a cuidados sanitários e ao saneamento básico

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO SETOR DA ÁGUA



ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO SETOR DA ÁGUA

ESTADOS

As **Secretarias de Ambiente** de cada Estado são as responsáveis pela implementação da **Política Estadual de Recursos Hídricos** e pela coordenação do **Conselho Estadual de Recursos Hídricos**, tendo como referência a legislação federal.

Estado de Santa Catarina

Instituições Governamentais

- ✓ Secretaria de Estado do Desenvolvimento Económico Sustentável – tutela as políticas de gestão ambiental, dos recursos hídricos e dos sistemas de abastecimento e saneamento de água e resíduos através da Diretoria de Saneamento e Meio Ambiente
- ✓ Secretaria de Estado de Infraestrutura – tutela a gestão das infraestruturas hídricas através do Departamento de Recursos Hídricos
- ✓ Secretaria de Estado da Agricultura e Pesca – responsável pelas obras públicas no domínio da irrigação e do armazenamento de água para consumo agrícola
- ✓ Secretaria de Estado da Saúde – responsável pelo controlo da qualidade da água, implementado pela Divisão de Vigilância Sanitária através do Sistema de Informação da Vigilância e Qualidade da Água - SISAGUA

Órgãos Consultivos

- ✓ CERH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Santa Catarina
- ✓ CONSEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente de Santa Catarina

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO SETOR DA ÁGUA

Estado de São Paulo

Instituições Governamentais

- ✓ Secretaria Estadual do Meio Ambiente – tutela a política de gestão ambiental
- ✓ Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos – tutela o saneamento e os recursos hídricos
- ✓ Secretaria de Agricultura e Abastecimento – responsável pelas obras públicas no domínio das infraestruturas de irrigação
- ✓ Secretaria de Estado da Saúde – responsável pelo controlo da qualidade da água para consumo humano através do Centro de Vigilância Sanitária

Órgãos Consultivos

- ✓ CERH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo
- ✓ CONESAN – Conselho Estadual de Saneamento
- ✓ CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

Estado de Rio de Janeiro

Instituições Governamentais

- ✓ Secretaria de Estado do Ambiente – tutela a política estadual de proteção e conservação do meio ambiente e de gestão dos recursos hídricos
- ✓ Secretaria de Estado das Obras – responsável pelas obras públicas de infraestruturas hídricas
- ✓ Secretaria de Estado da Saúde – responsável pelo controlo da qualidade da água

Órgãos Consultivos

- ✓ CONEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente
- ✓ CERH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro

AGÊNCIAS NACIONAIS

✓ ANA – Agência Nacional de Águas

Tutela a Política Nacional de Recursos Hídricos, responsável pelo estímulo à criação de comitês de bacias hidrográficas, avalia a sustentabilidade das obras públicas hídricas, regula os serviços de irrigação, responsável pela criação e gestão do Sistema Nacional de Informações sobre a Segurança das Barragens, entre outros

✓ ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

Vela pelo aproveitamento energético eficaz dos cursos de água, levando em conta os outros usos e é responsável pelas concessões para o aproveitamento de potenciais hidroelétricos da água, nos estudos de viabilidade, anteprojetos e projetos de aproveitamento dos potenciais hidráulicos e em atividades de hidrologia

✓ ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Vinculado ao Ministério da Saúde, a sua área de atuação abrange todos os setores relacionados a produtos e serviços que possam afetar a saúde da população brasileira. É responsável pelo garante do direito ao saneamento básico e do acesso à água potável pelas populações.

AGÊNCIAS ESTADUAIS

Cada Estado Brasileiro possui uma agência reguladora própria com poderes para fiscalizar a prestação dos serviços públicos prestados, incluindo-se aqui os serviços de fornecimento de água e de saneamento.

Adicionalmente, alguns municípios, dentro dos Estados, criaram a sua própria agência reguladora, responsável por fiscalizar os serviços públicos prestados à população por empresas privadas.

Estado de Santa Catarina

- ✓ AGESAN – Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina
- ✓ AGESC – Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina
- ✓ AMAE – Agência Municipal de Água e Esgotos de Joinville
- ✓ AGR – Agência Reguladora das Águas de Tubarão

Estado de São Paulo

- ✓ ARSESP – Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo
- ✓ Agência Reguladora de Serviços Delegados do Município da Estância Turística de Itu
- ✓ ARSAE – Agência Reguladora dos Serviços de Água e Esgoto de Mauá

Estado do Rio de Janeiro

- ✓ AGENERSA – Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

PROCESSO DE *PROCUREMENT* PARA AS INFRAESTRUTURAS DE ÁGUA E DE SANEAMENTO

- ✓ O principal comprador no setor da água é o Estado Brasileiro, no entanto o setor privado tem mostrado dinamismo, sendo alguns projetos lançados já da pertença de empresas privadas.
- ✓ A **Lei 8.666 – Lei das Licitações** define o processo de licitações públicas para os grande contratos governamentais brasileiros:
 - ✓ A Lei 8.666 aplica-se a todas as entidades governamentais brasileiras, às empresas estatais e para-estatais
 - ✓ O preço é o fator decisor principal e eliminatório
 - ✓ As propostas são abertas à participação internacional (seja por meio de licitação direta, estabelecimento de consórcios ou ao recurso a importações)
 - ✓ As empresas brasileiras tem prioridade na escolha em casos de ‘empate’
- ✓ As entidades públicas (ministérios, agências reguladoras, distritos e municípios, prestadores de serviços) publicam a abertura dos seus processos de licitação através dos seus sites oficiais

OPERADORES DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E DE SANEAMENTO

Ao nível do abastecimento público de água e gestão do sistema de saneamento (serviços que incluem a infraestruturas necessárias, elaboração de estudos, gestão dos bens e processos, ETA's, ETE's), pode-se falar da existência de 3 tipos principais de prestadores de serviços, de acordo com o seu campo de atuação:

Prestadores de serviços regionais Empresas Estaduais

- Contratos de concessão assinados com os municípios
- São responsáveis pelos serviços públicos e infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento

Prestadores de Serviços Locais

- Criados pelas Prefeituras, na maioria dos casos pertencem ao próprio município
- São responsáveis pelos serviços de abastecimento de água e de saneamento da prefeitura que os criou

Prestadores de Serviços Privados

- Assumem a gestão do abastecimento de água e de saneamento dos municípios na sua maioria através de PPP's e contratos de concessão estabelecidos com os municípios

PRINCIPAIS OPERADORES DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E DE SANEAMENTO

Estado de Santa Catarina

Empresas Estaduais Prestadoras de Serviços Regionais

- CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

Prestadores de Serviços Locais

O Estado de Santa Catarina conta com uma variedade de autarquias locais, ligadas às respetivas prefeituras de cada município e encarregues dos serviços de água e saneamento, conhecidos por SAMAE – Serviços Autónomos de Água e Esgoto.

Prestadores de Serviços Privados

- Águas de Itapema, SA
- Águas de Joiville

Estado de São Paulo

Empresas Estaduais Prestadoras de Serviços Regionais

- SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

Prestadores de Serviços Locais

O Estado de São Paulo conta com uma multitude de prestadores de serviços locais

Prestadores de Serviços Privados

- CAB Ambiental – Companhia de Águas do Brasil
- Águas Guará, SA
- CSJ – Companhia de Saneamento do Jundiá
- Foz do Brasil
- SANESSOL
- Águas do Itu
- GS Inima Brasil
- SAMAR – Soluções Ambientais de Araçatuba

PRINCIPAIS OPERADORES DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E DE SANEAMENTO

Estado do Rio de Janeiro

Empresas Estaduais Prestadoras de Serviços Regionais

- CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro

Prestadores de Serviços Locais

Os SAAE – Serviços Autónimos de Água e Esgoto possuem uma preponderância muito inferior á verificada dos Estados de Santa Catarina e São Paulo. Por outro lado, a gestão dos serviços de água e saneamento efetuada diretamente pela Prefeitura local é aqui algo mais recorrente.

Prestadores de Serviços Privados

- Prolagos SA – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto
- Grupo Águas do Brasil

PRINCIPAIS ENTIDADES ADJUDICANTES

A Água, no Brasil, é um bem de domínio público pelo que o domínio da decisão dos grandes contratos de serviços encontra-se do lado das entidades e das empresas públicas, embora não seja o único.

✓ **Secretaria de Infra estrutura Hídrica (Ministério da Integração Nacional)**

Em consonância com os objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), trabalha para a construção de obras de abastecimento hídrico - barragens, adutoras e canais - e obras de macrodrenagem, que servem para a condução das águas captadas nas ruas, sarjetas e galerias.

✓ **Secretaria Nacional de Irrigação (Ministério da Integração Nacional)**

Responsável por promover a formulação, implementação, acompanhamento e avaliação da política nacional de irrigação e seus instrumentos, integrados com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e demais políticas afins; pela implementação de projetos de irrigação e drenagem agrícola e por promover e regular iniciativas para implantação, operação e manutenção de obras públicas para o aproveitamento hidroagrícola

✓ **Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (Ministério das Cidades)**

Responsável pelo abastecimento de água, escoamento sanitário e tratamento de resíduos sólidos urbanos em municípios com população superior a 50 mil habitantes ou integrantes de Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento ou participantes de Consórcios Públicos afins. Para os municípios com população inferior a 50 mil habitantes, a SNSA só atua por meio de financiamento com recursos onerosos para as modalidades de abastecimento de água e escoamento sanitário.

PRINCIPAIS ENTIDADES ADJUDICANTES

✓ **Secretaria de Vigilância em Saúde (Ministério da Saúde)**

Responsável pela implementação de ações tendentes à garantia da qualidade da água para consumo humano

✓ **FUNASA – Fundação Nacional da Saúde (Ministério da Saúde)**

Responsável pela implementação do programa Saneamento para Promoção da Saúde, englobando ações como a construção e ampliação de sistemas de abastecimento de água e de escoamento sanitário, além da implantação de melhorias sanitárias domiciliares. É responsável igualmente pelo apoio técnico e financeiro ao controle de qualidade da água para consumo humano

✓ **Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (Ministério do Meio Ambiente)**

Responsável pela formulação, acompanhamento e monitorização da Política Nacional de Recursos Hídricos e pela implementação do Sistema Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos

✓ **ANA – Agencia Nacional de Águas**

Cabe a esta agência coordenar a implementação, operacionalização, controlo e avaliação dos instrumentos de gestão criados pela PNRH. É igualmente responsável pela avaliação da sustentabilidade das obras hídricas financiadas por recursos federais, pela fiscalização da segurança das barragens, regular os serviços de irrigação, entre outros.

PRINCIPAIS ENTIDADES ADJUDICANTES

✓ **Comités e Agências de Bacia Hidrográfica**

O Comité define as prioridades de investimento e fixa os níveis de cobrança e a respetiva Agência de Bacia prepara os Programas de Investimento, repassa os recursos e fiscaliza a sua aplicação desses recursos

✓ **Municípios**

Na sua maioria, são os municípios que estabelecem contratos de concessão ou parcerias público privadas para a criação e gestão dos sistemas de fornecimento de águas e de saneamento.

✓ **Empresas fornecedoras de serviços de abastecimento de águas e de saneamento**

Quer se trate das empresas estaduais quer dos prestadores de serviços locais, quer dos prestadores privados, possuem igualmente capacidade de contratar serviços de construção, planeamento, gestão, entre outros.

✓ **Secretarias Estaduais de Ambiente , Saneamento e Recursos Hídricos**

Ao nível do Estado que representam, estas secretarias são responsáveis pela implementação do Plano Estadual de Recursos Hídricos e pela coordenação do conselho Estadual de Recursos Hídricos.

FINANCIAMENTO DO SETOR DA ÁGUA

O panorama dos recursos financeiros destinados ao setor da água no Brasil, é considerado bastante complexo:

- Existem dificuldades na identificação da alocação específica dos recursos financeiros aplicados ao setor da água, uma vez que se encontram dispersos por diversas rúbricas (meio ambiente, saneamento, ...).
- Os recursos estaduais ou municipais são disponibilizados ao setor de recursos hídricos de acordo as normas pertinentes de Unidade Federal e localidade.

As principais fontes de investimento disponíveis para o **Saneamento básico**, são:

- ✓ Recursos onerosos, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, e também derivados de empréstimos internacionais, obtidos junto das agências multilaterais de crédito (tais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Banco Mundial – BIRD)
- ✓ Recursos não onerosos, derivados da Lei Orçamentária Anual – LOA, também conhecida como Orçamento Geral da União – OGU, e de orçamentos dos estados e municípios
- ✓ Recursos próprios dos prestadores de serviços, resultantes da cobrança pelos serviços

FINANCIAMENTO DO SETOR DA ÁGUA

Ao nível das instituições financeiras federais, a Caixa Económica Federal, o Banco do Brasil e o BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento possuem linhas de crédito para **grandes projetos infraestruturais e de implementação** no Brasil.

Relativamente aos recursos dedicados a **ações para o meio ambiente e recursos hídricos** que não o saneamento, a União Federal contribui com a maior fatia do financiamento, através de:

- ✓ FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambientes
- ✓ Ministério do Meio Ambiente e entidades sob a sua alçada
- ✓ Ministério da Integração e entidades sob a sua alçada cujo âmbito de atuação seja relativo à temática da água

FINANCIAMENTO DO SETOR DA ÁGUA

Os recursos financeiros da área federal disponibilizados especificamente para implementar a **Política Nacional de Recursos Hídricos** e coordenar o **SINGREH** são definidos na Lei Orçamentária Anual (LOA) – esfera federal, oriundos, principalmente, das seguintes fontes de receita:

- Parcelas da compensação financeira do setor elétrico (Fonte 134), que corresponde a 6,75% sobre o valor da energia elétrica produzida, distribuídos da seguinte maneira:
 - ✓ 0,75% do valor da produção de energia referente ao pagamento pelo uso de recursos hídricos pelo setor elétrico, arrecadados pela ANEEL ;
 - ✓ 6% do valor da produção de energia são distribuídos entre: municípios (45%), UFs (45%), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (4%), MME (3%) e MMA (3%).

- Cobrança pelo uso dos recursos hídricos (Fonte 116):
 - ✓ Valores arrecadados pela ANA diretamente dos utilizadores outorgáveis nas bacias dos rios Paraíba do Sul, PCJ, São Francisco e Doce.

PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO

- ✓ Lei nº 11.445, de 5 de Janeiro de 2007, formaliza a legitimidade no setor privado na Água, a indicar que a prestação dos serviços públicos de saneamento básico podem ser prestados por entidades regionais ou locais, públicas, privadas ou mistas.
- ✓ Existe já alguma tradição (embora mais recente) de abertura do Setor da Água aos privados: as parcerias público-privadas assim como as concessões de serviços de abastecimento de água e saneamento a privados existentes começa a deter alguma expressão
- ✓ O recurso aos serviços privados é mais recorrente em serviços de abastecimento de água do que nos serviços de saneamento
- ✓ A participação do setor privado encontra-se muito presente nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro
- ✓ A criação de instrumentos como a taxa de cobrança da água ou a outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos denota uma real preocupação por parte da administração pública em tornar as parcerias lucrativas para o setor privado.
- ✓ A gestão pública de serviços é encarada, no Brasil, como geradora de ineficiências, quer ao nível da prestação de serviços, quer da gestão financeira

ATLAS BRASIL - PROJETOS NECESSÁRIOS ATÉ 2025

Total Brasil

Investimento necessário previsto de 22,2 mil milhões de reais para implantação de obras de abastecimento de água em 3.059 das 5.565 sedes urbanas brasileiras:

- ✓ 11,3 mil milhões de reais para a adoção de novos mananciais e conexão dos atuais sistemas isolados, em 703 municípios
- ✓ 10,9 mil milhões de reais para a ampliação dos sistemas de produção de água existentes (isolados ou integrados) em 2.356 municípios

Estados de Santa Catarina

Para o Estado de Santa Catarina, foram previstos investimentos na ordem dos 591,5 milhões de reais para a garantia do abastecimento das populações em 155 municípios, a partir da identificação de potenciais défices até 2015:

- ✓ 2,25 milhões de reais para obras de conexão das redes a sistemas integrados em 2 municípios
- ✓ 76,3 milhões de reais para a adoção de novos mananciais em 8 municípios
- ✓ 512,99 milhões de reais para obras de melhoria nos sistemas existentes em 145 municípios

ATLAS BRASIL - PROJETOS NECESSÁRIOS ATÉ 2025

Estado de São Paulo

Pela avaliação do Atlas Brasil, 231 sedes urbanas na região de São Paulo necessitarão de investimentos na ordem dos 5,4 mil milhões de reais:

- ✓ 1,86 milhões de reais para obras de conexão de redes a sistemas integrados, em 3 municípios
- ✓ 3.724,54 milhões de reais para a adoção de novos mananciais em 74 municípios
- ✓ 1.662,33 milhões de reais para obras de melhoria dos sistemas existentes em 154 municípios

Estado do Rio de Janeiro

Atendendo às necessidade futuras em termos de água, estimam-se necessários investimentos na ordem dos 1.052,29 milhões de reais em 43 municípios:

- ✓ 18,27 milhões de reais para obras de conexão de redes a sistemas integrados, em 2 municípios
- ✓ 77,28 milhões de reais para adoção de novos mananciais, em 5 municípios
- ✓ 955,76 milhões de reais para obras de melhoria nos sistemas existentes, em 36 municípios

PROJETOS EM CURSO

Abastecimento

INTERAGUAS – Programa do Setor da Água

Programa de Assistência Técnica, voltado para o planeamento e gestão do setor da água, fortalecimento institucional e para a elaboração de estudos e projetos. Não prevê investimentos em infraestruturas

MAIS BRASIL – Programa 2051: Oferta de Água

Programa na alçada da Secretaria da Infraestrutura Hídrica.

Inclui projetos destinados a

- Aumento da oferta de água em sistemas integrados
- Revitalizar as infraestruturas hídricas existentes
- Implementar a P. N. Infraestrutura Hídrica

Estado de Santa Catarina

- Ampliação do sistema de abastecimento de água do Chapecó
- Implantação do sistema de abastecimento de água no Maciço Morro da Cruz
- Ampliação e melhoria da ETA do Morros dos Quadros
- Melhoria no sist. abastecimento de água do Rio do Sul
- Construção da Barragem do Rio do Salto

Rede Sanitária

MAIS BRASIL – Programa 2008: Saneamento Básico e Programa 2040; Gestão de Riscos e Respostas a Desastres

Programa Saneamento Básico

Estado de Santa Catarina

- Construção dos Sistemas de Escoamento Sanitário de Bombinhas, Ribeirão da Ilha, Santo António, Campeche, Maciço Morro da Cruz, Laguna e Mafra
- Interligação do Sist. Escoamento Sanit. da Costa Norte
- Ampliação do Sistema Escoamento Sanitário de Insua

Estado de São Paulo

- Construção da ETE de Quatáuer
- Ampliação da ETE de Baruer
- Ampliação do Sistema de Água da Serra Negra

Estado do Rio de Janeiro

- Ampliação do sistema de Alegria
- Construção das ETE's da Pavuna e de Sarapuí
- Recuperação do Sistema de Saneamento da Ilha de Paquetá

PROJETOS EM CURSO

Irrigação

MAIS BRASIL – Programa 2013: Agricultura Irrigada

Na alçada da Secretaria da Infraestrutura Hídrica, envolve as seguintes ações:

- Revitalizar infraestruturas hídricas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas
- Ampliação de novos projetos com potencial de aumento da agricultura irrigada

Dessalinização

PAD – Programa Água Doce

A componente de Dessalinização do PAD divide-se em:

- Recuperação dos sistemas já instalados
- Construção de sistemas novos

Energia Hídrica

Relatório de acompanhamento de estudos e projetos de usinas hidroelétricas, elaborado pela ANEEL, indica 1936 projetos em decurso no país

Estado de Santa Catarina

- Construção das Usinas Hidroelétricas (UHE) do Cubatão, Foz do Xaxim, São Roque
- Construção das Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH's) de A.M.Dias, Abrasa, Cascata das Corujas
- Obras de Melhoria nas PCH's de Celso Ramos, Aguti, Salto Alto, Salto Voltão, Santa Rosa e São Sebastião

Estado de São Paulo

- Construção da UHE de Tijuco Alto
- Construção da PCH de Cascata
- Obras de melhoria nas PCH's de Edgard Souza, REPI e de São Joaquim

Estado do Rio de Janeiro

- Construção da UHE de Itaocara
- Construção das PCH's de Jambo e Rio Grandrina
- Obras de Melhoria nas PCH's de Piabanha e de Tombos

PROPOSTA DE AÇÕES

1º Vaga - Fact Finding Mission (missão exploratória)

Mais focada no estabelecimento de contatos institucionais e na identificação, no terreno, de oportunidades de negócio para as empresas do setor da água, inclui:

- ✓ Ações de formação preparatórias sobre o Setor da Água no Brasil
- ✓ Estabelecimento de contatos institucionais entre a PPA/parceiros e as entidades identificadas como principais decisoras e adjudicantes do setor a nível nacional
- ✓ Visitas às instalações dos principais operadores de água (empresas estaduais, privadas e locais) dos Estados de Santa Catarina, São Paulo e do Rio de Janeiro

PROPOSTA DE AÇÕES

2º Vaga – Matchmaking Mission

Mais focada no estabelecimento de contatos para o estabelecimento de negócios inclui:

- ✓ Agendamento de Reunião para apresentação das empresas portuguesas e seus produtos/serviços junto das entidades adjudicantes nacionais e as entidades adjudicantes dos estados de Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro

3º Vaga – Participação Coletiva em Feiras

- ✓ FENASAN - Feira Nacional do Saneamento e Meio Ambiente

4º Vaga – Missão Inversa

Convite efetuado às entidades e principais compradores brasileiros do setor da água e para visitar Portugal, as instalações de alguns dos operadores portugueses do setor e a algumas das nossas obras em infraestruturas hídricas mais representativas.

A inclusão de uma agenda social na visita será encarada favoravelmente pelos convidados brasileiros

A INTERNACIONALIZAÇÃO DO SETOR PORTUGUÊS DA ÁGUA



A INTERNACIONALIZAÇÃO DO SETOR PORTUGUÊS DA ÁGUA



Promotor



Em colaboração com



Parceria Portuguesa
para a Água

Estudo Elaborado por:

marketaccess
EXPERTS IN INTERNATIONAL BUSINESS

MARKET ACCESS - Consultants & Advisors in International Business

Address: Av. Dr. António Macedo, Exponor - Centro de Negócios
4454 - 515 Leça da Palmeira (Matosinhos)

Email: info@marketaccess.pt

Phone: +351.22.9957766

Fax: +351.707.500714

www.marketaccess-global.com

Obrigado